

EMPRESARIADO E ATUAÇÃO POLÍTICA NA NOVA REPÚBLICA: NOTAS SOBRE AS ENTIDADES LIBERAIS NO RIO GRANDE DO SUL *

Denise Barbosa Gros**

"No Brasil, os maiores opositores do liberalismo são as classes dominantes e não a esquerda. A indústria nacional beneficiou-se com a política econômica protecionista. O liberalismo econômico não lhe interessa, pois ela teria que concorrer com o capital estrangeiro e ser competente.

"A sociedade evolui conforme o processo de seleção natural: os fortes sobrevivem e se desenvolvem e os fracos morrem. O mesmo acontece com as empresas. Para mudar o país, é necessário formar novas lideranças empresariais imbuídas do liberalismo." (Smith, 1989).

(Carlos Freitas e Castro Smith)¹

Essas palavras podem soar estranhas para o leitor acostumado com as reivindicações históricas da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) — e do empresariado gaúcho em geral — em sua luta pela obtenção de maior apoio e recursos do Governo Federal. Contudo as opiniões desse jovem empresário não são um caso isolado, elas representam o pensamento de uma fração do empresariado gaúcho inserida numa nova proposta de organização e atuação política dos empresários brasileiros na Nova República.

Desde o início dos anos 80, a participação dos empresários no cenário político nacional vem se intensificando, notadamente a partir da Nova República e da instalação da Assembléia Nacional Constituinte. No momento em que se elaborava a Nova Carta, que viria definir as regras do jogo econômico e político para o País, as diferentes forças sociais tentaram ampliar seu espaço de atuação, explicitando interesses, redefinindo alianças e formas de atuação. Dentre essas forças, o empresariado mostrou-se muito ativo, fazendo política abertamente, através de participa-

* Artigo entregue para publicação em novembro de 1989.

** Socióloga da FEE.

¹ Presidente do Instituto de Estudos Empresariais em 1987/88, atual Vice-Presidente do Instituto Liberal do RS. Entrevista concedida à Autora em 25.08.89.

ção direta na Constituinte como parlamentares, utilizando amplamente os meios de comunicação de massas para divulgar suas opiniões, reforçando suas entidades tradicionais, intensificando sua atuação através de associações civis e de "lobbies", ou mesmo criando novas entidades como a União Brasileira de Empresários (UBE), a União Democrática Ruralista (UDR), o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), entre outras.

No meio de toda essa efervescência política, o liberalismo ressurgiu como elemento ideológico que se apresenta como uma proposta capaz de agregar todos os interesses dos diferentes segmentos do empresariado brasileiro, de resolver os conflitos nas relações entre empresários e trabalhadores, de equacionar o problema do "deficit" público, etc. Assim, o discurso liberal vem sendo utilizado de maneira enfática por setores do empresariado brasileiro nos últimos anos, para criticar a "estatização" da economia brasileira, a interferência do Estado na regulamentação das relações entre capital e trabalho, o monopólio das concessões para a exploração do subsolo nacional ou das redes de rádio e televisão, a ineficiência da máquina estatal, etc. A essas formas de intervenção estatal, os empresários contrapõem a proposta de plena vigência do liberalismo, através da diminuição da presença do Estado na economia e da supremacia do regime de livre mercado.

Para um observador mais incauto, e para alguns empresários liberais em especial, tudo se passa como se o liberalismo tivesse sido inventado recentemente. Para o pesquisador atento aos movimentos políticos do empresariado brasileiro, contudo, o discurso liberal não é novidade. Ele vem sendo recuperado pelo empresariado brasileiro em diferentes conjunturas, como na campanha contra a estatização, levada a efeito do final de 1974 ao início de 1977, através de órgãos da grande imprensa do centro do País, em especial o jornal **Estado de São Paulo** e a revista **Visão**. No estudo mais apurado sobre esse movimento de oposição empresarial à atuação econômica do Estado brasileiro, Sebastião Cruz mostrou que o discurso privatista e universalizante da campanha não era novidade, pois posições muito semelhantes já eram defendidas por Eugênio Gudin em 1944 e 1945 (Cruz, 1984, p.2). Além disso, o estudo de Cruz mostrou que esse discurso foi usado como fachada para uma prática política que, na verdade, era norteada pela defesa de interesses econômicos específicos de determinadas frações do capital, mais afetadas pelas mudanças na condução da política econômica propostas por Geisel no II PND.²

² Sobre a crítica dos empresários à política econômica do Governo Geisel, ver, além do estudo de Sebastião Cruz (Cruz, 1984), os trabalhos de Charles Pessanha (Pessanha, 1981) e Carlos Lessa (Lessa, 1980), entre outros.

O ressurgimento do liberalismo nos anos 80 parece estar relacionado com a crise geral do Estado capitalista e com a nova configuração do capitalismo em curso, a qual implica um rearranjo entre os grandes blocos econômicos e uma discussão sobre o papel que irão desempenhar os Estados-Nação nesse processo. Não cabe aqui desenvolver essa discussão, mas ela deve ser mencionada apenas para lembrar que a questão do liberalismo está colocada a nível internacional.

No nível interno, a transição política em curso no País traz novos desafios ao empresariado. Durante os governos autoritários, os empresários adaptaram-se à prática política de gabinete, habituando-se a defender seus interesses diretamente dentro do aparelho de Estado. Essa defesa era realizada através da utilização combinada de uma extensa rede de vias de acesso às instâncias de poder que incluíam as entidades corporativas (sindicatos e federações), as extracorporativas (associações civis que congregam os interesses de setores específicos de atividade, em especial da indústria) e acordos clientelísticos ou pessoais entre empresários e/ou entidades empresariais e tecnocratas e dirigentes de empresas e organismos estatais.³ Com a superação do regime autoritário, vai se gestando uma nova situação na qual se consolidam, paulatinamente, algumas instâncias de participação e de pressão política características de regimes democráticos: Congresso em pleno funcionamento, imprensa livre, liberdade sindical, abertura de novos canais de atuação e introdução de novos atores no jogo político, o que deverá tornar mais difícil a formulação de políticas diretamente dentro dos órgãos e agências econômicas do Estado. Essa nova conjuntura coloca para os empresários brasileiros a necessidade de revisarem suas formas de organização e atuação e, em especial, de encontrarem um discurso que, além de garantir a manutenção de seus privilégios, consiga colocar-se acima das classes e universalizar os princípios da livre-empresa e da economia de mercado como os únicos que podem solucionar os graves problemas sócios-econômicos do País, ocasionados, segundo os empresários, pela hipertrofia e pela má administração do Estado.

No novo contexto de intensa mobilização empresarial e de recuperação do liberalismo, inserido no movimento geral da sociedade civil que mar-

³ Vários pesquisadores têm se dedicado aos estudos dos processos de ampliação e complexificação da estrutura do Estado brasileiro no pós-64 e de diversificação dos canais de representação de interesses e pressão econômica do empresariado brasileiro. Dentre eles, vale mencionar Luciano Martins (Martins, 1978), Fernando Henrique Cardoso (Cardoso, 1975, 1983), Eli Diniz (Diniz, 1978), Renato Boschi (Boschi, 1979), Diniz e Boschi (Diniz & Boschi, 1978, 1979) e Sebastião Velasco Cruz (Cruz, 1984).

cou a redemocratização no País, é que deve ser analisado o surgimento das novas entidades empresariais no Rio Grande do Sul.

Nos últimos cinco anos, alcançaram notoriedade no cenário político gaúcho duas novas entidades: o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul (IL). Essas entidades destacam-se por apresentarem definição ideológica clara, bem como características e formas de atuação peculiares. O IEE e o IL diferenciam-se do estilo de apresentação de interesses corporativos das entidades empresariais oficiais, bem como da representação econômica feita através das associações extracorporativas setoriais, dado que se propõem a desenvolver a formação político-ideológica da elite empresarial e a divulgar um projeto político para a sociedade brasileira, baseados na defesa dos pressupostos do liberalismo.

O Instituto de Estudos Empresariais do Rio Grande do Sul foi criado em novembro de 1984, por um grupo de 15 jovens empresários liderados por Willian Ling, na época com 27 anos e Diretor da Olivebra S.A. Indústria e Comércio de Óleos Vegetais. O objetivo era formar um grupo fechado, no qual o ingresso seria condicionado ao preenchimento de determinadas condições: ser indicado por um sócio, ser empresário jovem com grau universitário, estar interessado em discutir problemas do País e em aprofundar-se na ideologia liberal. Conforme as informações obtidas em entrevistas com os presidentes do IEE, suas atividades são organizadas de forma a preparar quadros de elite entre o empresariado jovem, habilitando-os a assumirem postos de comando em outras entidades, onde devem pautar sua atuação pela defesa do liberalismo.

A atuação do IEE é desenvolvida através de promoções internas, de acesso exclusivo aos sócios, e de alguns eventos abertos ao público. Dos primeiros, pode-se destacar a realização de seminários internos para a discussão de livros, de debates, cursos e palestras com professores, líderes empresariais, intelectuais, políticos e outros, tanto do Brasil quanto do Exterior, e de "juris simulados" (nos quais uma questão de atualidade é colocada em julgamento e onde os filiados do IEE simulam um tribunal completo, com juiz, advogado de defesa, promotor, jurados, etc). O objetivo da realização desses juris é o de incrementar a capacidade de argumentação e de retórica dos participantes. Dentre os eventos abertos ao público, deve-se destacar a promoção dos Fóruns da Liberdade. O I Fórum da Liberdade, ocorrido em abril de 1988, reuniu aproximadamente 400 pessoas para ouvirem conferências e discutirem o liberalismo. Na ocasião, falaram o Senador Roberto Campos, o Presidente do IL de São paulo, Roberto Konder Bornhauser, Henry Maksoud, do grupo Visão, Fernando Collor de Mello e o líder do "sindicalismo de resultados", Luis Antônio Medeiros. O II Fórum da Liberdade, em abril de 1989, teve um caráter mais vinculado à conjuntura política, já que se dedicou à questão da sucessão pre-

sidencial. Aproximadamente 1.000 pessoas reuniram-se para ouvir os presidenciais Ronaldo Caiado, Leonel Brizola, Roberto Freire, Mário Covas e outras personalidades como o Presidente do IL do Rio de Janeiro, Donald Stewart Jr., o Economista Paulo Rabello de Castro e os empresários gaúchos Ivoncy Iochpe e Jorge Gerdaui Johanpeter. Ainda que não se definam publicamente por um candidato, os representantes do IEE vêm mantendo contatos com os presidenciais que consideram mais sensíveis aos apelos do liberalismo: Guilherme Afif Domingos, Paulo Maluf e Fernando Collor de Mello.

O Instituto Liberal do Rio Grande do Sul foi criado em 1986, pelo mesmo grupo de jovens empresários filiados ao IEE, mas com objetivos diferentes. A filiação ao IL é aberta a qualquer interessado, e o instituto propõe-se a uma atividade de longo prazo, de divulgação da ideologia liberal para toda a sociedade, através da edição de livros e da promoção de conferências abertas ao público, proferidas por personalidades de renome nacional e internacional. O IL é mantido por contribuições espontâneas de seus associados e, principalmente, pelo Conselho de Mantenedores, que reúne alguns dos maiores empresários da velha geração do Rio Grande do Sul. Na realidade, o IL não é uma entidade exclusiva da sociedade gaúcha, visto que já existem institutos liberais em vários estados do País, cujas diretrizes mais gerais parecem vir do IL do Rio de Janeiro, criado em 1983 e sustentado por grandes grupos empresariais nacionais e estrangeiros, entre os quais podem ser citados: Votorantins, Aços Villares, Copersucar, Sharp e Nestlé (Dreifuss, 1989, p.56).

Além da importância que podem vir a assumir o IEE e o IL no movimento de rearticulação do empresariado brasileiro na conjuntura de redemocratização, devem-se mencionar alguns fatores que demonstram a sua relevância no meio empresarial local. O primeiro diz respeito ao peso econômico que representam, já que entre eles se encontram herdeiros de alguns dos maiores grupos empresariais do Rio Grande do Sul. O segundo refere-se à variedade de setores da economia gaúcha representados nas diretorias dos institutos, com certa predominância de atividades comerciais, de construção civil e incorporação imobiliária. Por último, e talvez o mais importante, por ser o principal objetivo do IEE, deve-se mencionar que alguns dos diretores dos dois institutos já alcançaram postos importantes nas direções de outras entidades, como a FIERGS, a Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL) e a Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB-RS).

Cabe aqui uma ressalva no sentido de qualificar a questão do peso econômico dos empresários filiados ao IL e ao IEE. Causa estranheza o fato de não se encontrarem empresários do Interior do Estado entre os sócios desses institutos. Sabendo-se que a região de Novo Hamburgo e São Leopoldo concentra aproximadamente 50% de toda a produção nacional de calçados, que

a região de Caxias do Sul é responsável por quase 15% da produção industrial do Rio Grande do Sul (dados de 1980) e por cerca de 60% dos implementos agrícolas e 40% das carrocerias de ônibus e caminhões produzidas no Brasil em 1975 e que, portanto, nessas regiões se encontram alguns dos maiores grupos empresariais que atuam no Estado, é no mínimo curioso que os herdeiros desses grupos não se filiem a qualquer dos dois institutos.

No que se refere à inovação que a proposta político-ideológica dos dois institutos representa em relação às posturas mais conhecidas dos empresários gaúchos, vale aqui uma referência histórica. As entidades patronais do Rio Grande do Sul sempre adotaram o discurso do "isolamento e abandono" do Estado pelo Governo Federal. Nesse sentido, o Rio Grande do Sul era apresentado como um estado com características peculiares: situação de fronteira, sérias deficiências de infra-estrutura em transportes e comunicações, dificuldades de desenvolvimento industrial atribuídas às limitações de crédito, à predominância de pequena e médias empresas, etc. Devido a essas características, o Rio Grande do Sul mereceria, segundo os empresários, receber maior soma de recursos federais e uma atenção especial do Governo Central. Essa já era a posição da oligarquia gaúcha no início deste século, posição que foi encampada pelo empresariado industrial, como se constata nos estudos de Sandra Pesavento sobre os primórdios da industrialização local. Da mesma forma, aparece nas manifestações da FIERGS até os anos 70 (Gros, 1987) e tem sido periodicamente explicitada pelo Governo do Estado quando de suas querelas com o Governo Federal.

O discurso dos jovens empresários ligados ao IL e ao IEE é muito diferente. São praticamente abandonadas as questões específicas da realidade gaúcha. Ao contrário, a ênfase é colocada nas questões nacionais e universais para a manutenção e o desenvolvimento do capitalismo: o futuro do bloco socialista, o reordenamento econômico internacional, o papel do Brasil na economia mundial, a modernização das relações entre capital e trabalho, a reestruturação e modernização das atividades estatais no País, etc.

Mesmo quando tratam de questões específicas do Rio Grande do Sul — como foi o caso do **Estudo de Apoio ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul**, elaborado pelo IEE e entregue ao Governador Pedro Simon na ocasião do I Fórum da Liberdade, em abril de 1988 —, as soluções oferecidas referem-se à forma como se organizam as atividades econômicas e se distribuem os espaços de atuação entre o Estado e a iniciativa privada na economia nacional. Nesse documento foram sugeridas quatro medidas de caráter geral para fundamentar a ação política do Governo Estadual no sentido de permitir desabrochar a "potencialidade da economia de mercado e da livre-iniciativa na solução dos problemas sócio-econômicos de nosso Estado": a desregulamentação das atividades econômicas, a extinção das reservas de mercado e

dos monopólios institucionais, a privatização de ativos e de serviços públicos e a extinção de subsídios.

É nesse sentido que afirmamos o caráter inovador das posições representadas no IEE e no IL, em relação às manifestações mais tradicionais do empresariado gaúcho. Inseridas no contexto da discussão sobre os rumos da economia capitalista, as propostas desses institutos não se referem à solução de problemas econômicos específicos e conjunturais, mas, sim, a uma reorganização das relações econômicas e sociais que privilegie a economia de mercado e diminua a atividade econômica do Estado capitalista em geral e do brasileiro em especial.

Bibliografia

- BOSCHI, Renato R. (1979a). **Elites industriais e democracia**. Rio de Janeiro, Graal.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1975). **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ____ (1983). O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, IUPERJ, 26(1):9-27.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco (1984). **Empresários e o regime no Brasil: a campanha contra a estatização**. São Paulo, USP. (mimeo).
- DINIZ, Eli (1978). **Empresários, Estado e capitalismo no Brasil 1930/45**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato R. (1979). Autonomia e dependência na representação de interesses industriais. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, IUPERJ, 22.
- ____ (1978). **Empresariado nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro, Forense.
- DREIFUSS, René (1989). **O jogo da direita na Nova República**. Petrópolis, Vozes.
- GROS, Denise Barbosa (1987). **A burguesia industrial gaúcha e o Estado nacional 1964/1978**. Porto Alegre, FEE. (Teses, 12).
- LESSA, Carlos (1980). A descoberta do Estado totalitário. **Gazeta Mercantil**, São Paulo. 29 abr. p.32-4.
- MARTINS, Luciano (1978). Estatização da economia ou privatização do Estado? **Ensaio de opinião**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, (9).

PESAVENTO, Sandra Jatahy (1988a). **A burguesia no Brasil:** da sombra para a luz. Porto Alegre, UFRGS. (Cadernos de Estudo, 2).

X ___ (1987). **Empresariado, trabalho e Estado:** contribuição a uma análise da burguesia industrial gaúcha (RS — 1889/1930). São Paulo, USP. (Tese, mimeo).

___ (1988). **Regionalismo:** construção e instrumentalização ideologizada. s.n.t. (mimeo).

___ (1980). **República Velha gaúcha.** Porto Alegre, Movimento.

___ (1980a). **RS:** a economia e o poder nos anos 30. Porto Alegre, Mercado Aberto.

PESSANHA, Charles Freitas (1981). **Estado e economia no Brasil:** a campanha contra a estatização 1974/1976. Rio de Janeiro, IUPERJ. (mimeo).